



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1655, TERÇA-FEIRA, 10 DE MAIO DE 2011

PSDB vai obstruir votação da medida provisória que enfraquece Lei de Licitações

A bancada do PSDB obstruirá a votação da medida provisória (MP 521) que flexibiliza as regras da Lei de Licitações, marcada para esta terça-feira (10), afirmou o líder do partido na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**. Na semana passada, a legenda enviou à liderança do governo uma lista com as condições mínimas de modificações, mas não houve resposta. “A medida provisória foi desfigurada e a relatora incluiu uma brutal modificação na Lei de Licitações”, declarou.

Entre os pontos estão a obrigatoriedade da licitação com prévia elaboração de projeto básico, vinculado ao processo licitatório, e o condicionamento do início da execução de obras à conclusão do projeto executivo. Deverá ser obedecida a regra constante na Lei de Licitações de que, na hipótese do vencedor não assinar contrato ou for chamado para concluir o remanescente da obra, só poderá ser contratado caso sejam aceitas, pelo licitante remanescente, as condições oferecidas pelo vencedor do processo licitatório. Para as contratações integradas será permitido um aditamento de, no máximo, 10% do valor contratado. “É o mínimo para que a MP não se transforme em uma porta para corrupção”, avaliou.

Um dos pontos criticados é a contratação das obras

pelo modelo integrado. Por ele, a empresa vencedora entregará a obra pronta para o fim a que se destina sem que a licitação esteja embasada em projeto básico previamente formulado. A Lei de Licitações exige a aprovação de um projeto básico.

“Neste novo modelo proposto pelo governo, não haverá o menor detalhamento da obra no momento em que ela for licitada. Assim, aumentará o subjetivismo da escolha do vencedor, pois não haverá elementos claros para se definir a melhor proposta”, afirma o líder.

Em outro artigo, quando o vencedor da licitação não assinar o contrato ou desistir dele, a administração poderá convocar o segundo colocado, que será contratado pelo preço por esse oferecido.

A regra em vigor determina a possibilidade de chamar os licitantes remanescentes desde que aceitem as condições de preço e prazo oferecidas pelo primeiro classificado.

“Se a licitação é por menor preço, a segunda colocada ofereceu um preço mais alto”, pondera Nogueira. “Com a alteração, na desistência da primeira colocada, a obra ficará mais cara. Essa é outra porta aberta para irregularidades.” Segundo o líder, a MP também não estabelece limites para os aditivos nos contratos, podendo acarretar em custo maior.

“A MP foi desfigurada e a relatora incluiu uma brutal modificação na atual legislação.”

■ Deputado **Duarte Nogueira (SP)**

Líderes querem esclarecimento sobre participação de José Dirceu em esquema de corrupção

Deputados e senadores tucanos pretendem esclarecer a participação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu em esquema de tráfico de influência em favor da Delta Construções, a empreiteira que mais recebeu recursos de obras do governo federal no ano passado. Na Câmara, os líderes do PSDB, **Duarte Nogueira (SP)**, e da Minoria, **Paulo Abi-Ackel (MG)**, protocolarão requerimento na Comissão de Minas e Energia convidando o presidente do Conselho de Administração da empresa, Fernando Cavendish Soares, para falar sobre a denúncia. Outros dois requerimentos serão apresentados às comissões de Fiscalização e Controle e Turismo e Desporto.

Na opinião de Abi-Ackel, o escândalo servirá para esclarecer a influência do petista no governo federal desde a sua cassação. Dirceu é apontado como mentor do esquema do mensalão e citado em outras polêmicas. “Precisamos ouvir Fernando Cavendish para que ele não só confirme as denúncias contra o ex-ministro, mas dê nome aos demais políticos que

ele menciona como corruptos”, afirmou.

No Senado, o líder tucano, **Alvaro Dias (PR)**, disse que entrará com representação no Ministério Público para apurar a denúncia e outras ilegalidades. Dias vai ainda apresentar requerimento na Comissão de Constituição e Justiça para ouvir os envolvidos.

O senador considerou a denúncia grave e cobrou explicações. “Os empresários mencionaram a realização de uma reunião com Cavendish, em que o dono da Delta teria dito que não iria pagá-los porque, para ele, era mais fácil e barato comprar político, e que com seis milhões poderia até mesmo comprar senadores. É uma denúncia que precisa ser esclarecida.”

A denúncia veio à tona na edição desta semana da revista “Veja”. Os engenheiros José Augusto Quintella Freire e Romênio Marcelino Machado, ex-donos da Sigma Engenharia (empresa adquirida pela Delta em 2008), disseram à revista que o ex-ministro da Casa Civil foi contratado para aproximar Fernando Cavendish de pessoas influentes do PT.

Parlamentares cobram revisão de decreto que cancela recursos para municípios

Os deputados **Carlaile Pedrosa (MG)** e **William Dib (SP)** defenderam a revisão do decreto presidencial que cancela os restos a pagar de 2007 a 2009 referentes a projetos não iniciados de obras e compra de equipamentos por municípios. Essa é uma das principais reivindicações da 14ª Marcha dos Prefeitos, que começa hoje em Brasília. Os gestores municipais afirmam que, com o decreto, inúmeras prefeituras terão empreendimentos cancelados e não poderão concluir convênios já firmados por falta de recursos.

Ex-prefeitos, os deputados tucanos acreditam que o governo federal precisa encontrar uma solução para o impasse, como a revisão do decreto.

Caso contrário, eles avaliam que muitas prefeituras podem quebrar. Na opinião dos parlamentares, a quantidade de restos a pagar só se tornou tão grande devido à incapacidade do governo de cumprir promessas e realizar os repasses.

“As cidades estão sofrendo, e muito. Eu fui prefeito e sei a dificuldade que tive com o governo federal. Os pre-

feitos têm toda razão de reivindicar algo que é do município”, afirmou Carlaile. Para o deputado, o inchaço da máquina e o desperdício de dinheiro público são os fatores que levam os prefeitos a estarem “mais uma vez de pires na mão”.

Dib defendeu a responsabilização da União no caso de cancelamento dos restos a pagar. “É uma situação muito difícil, pois isso foi um compromisso firmado. Tem muita obra que já foi iniciada com recursos do município e o rompimento unilateral é um calote. O governo tem que rever sua posição”, cobrou.

Em entrevista coletiva na Câmara, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski,

explicou que, pelos cálculos da entidade, um terço das obras esperadas há pelo menos quatro anos e ainda não iniciadas pode ter recursos cortados. Metade dos equipamentos prometidos nesse mesmo período também pode não ser adquirida. Os valores a serem cancelados chegam, no mínimo, a R\$ 788 milhões em obras e a R\$ 47 milhões para compra de equipamentos.

“As cidades estão sofrendo, e muito. Os prefeitos têm toda razão de reivindicar algo que é do município.”

■ Deputado **Carlaile Pedrosa (MG)**

Plano de privatização dos aeroportos não resolve problemas estruturais, alertam Otavio Leite e André Dias

O modelo de concessão dos aeroportos para a iniciativa privada trará poucos avanços no enfrentamento dos problemas dos principais terminais do país, na avaliação dos deputados **Otavio Leite (RJ)** e **André Dias (PA)**. Eles comentaram estudo da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e da Secretaria de Aviação Civil (SAC) que prevê a realização do leilão em maio de 2012. Com a Copa do Mundo marcada para 2014, o prazo ficará curto para a execução das obras.

Segundo reportagem do jornal “O Estado de S. Paulo”, a prioridade do governo se concentra nos aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília. Galeão e Confins ficaram de fora do projeto, embora constem na relação de obras previstas para a Copa.

Para Otavio Leite, o plano de concessões é “muito tímido”. “O governo está mais do que atrasado e incorre no mesmo problema: a inércia, a paralisia. No Brasil, os aero-

portos estão muito aquém do que deveriam. Há muito tempo esse problema foi diagnosticado. Com a CPI do Apagão Aéreo, ficou claro que a infraestrutura aeroportuária brasileira padecia de vários problemas”, lembrou o parlamentar.

André Dias acredita que as deficiências vão continuar. “O avanço será menor do que poderia ser. O governo tem uma visão míope do processo de desenvolvimento. Ele não entendeu ainda que vários aspectos da infraestrutura do país hoje são objetos de investimento privado e não precisam demandar recursos públicos diretos”, avaliou o deputado.


Números do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) mostram que os gastos da Infraero com investimentos no Aeroporto Internacional Tom Jobim, principal terminal do Rio, em 2010, ficaram abaixo do previsto. Das verbas aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo ex-presidente Lula para o Galeão, 82,48% não foram usadas.

Leia também em nosso blog:

- Fracasso do PAC: PT usou promessas de obras para alavancar campanha, condenam deputados
- Tucanos pedem punição de responsáveis pela contratação de empresas com irregularidades
- “Governo faz pirotecnia para capitalizar queda no preço do etanol”, afirma Nogueira
- As poucas realizações petistas têm a marca do improviso e da empulhação, avalia ITV
- Leréia exige explicação sobre o elevado número de assaltos a turistas brasileiros em Buenos Aires
- Proposta de Andreia Zito garante a nomeação de aprovados em concurso em 30 dias
- Artigo: “Brechas para a corrupção nas obras da Copa”, por Duarte Nogueira
- Artigo: “Liberdade e tolerância: as ideias vitoriosas”, por Marcus Pestana
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Paulo Abi-Ackel (MG), Otavio Leite (RJ), João Campos (GO) e Carlos Alberto Leréia (GO) e a senadora Marisa Serrano (MS)
- Direto do Plenário, com os deputados Carlos Brandão (MA) e Antonio Imbassahy (BA) e o senador Alvaro Dias (PR)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com  , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 